

O CURSO NORMAL REGIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU: ASPECTOS HISTÓRICOS DO INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE DOCENTES NA REGIÃO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR

Lucimara Lemiechek (Universidade Federal da Fronteira Sul -
luspassin@uffs.edu.br)

Categoria da apresentação: oral

Resumo:

Neste texto apresentamos a primeira tentativa de organização e estruturação da formação de docentes na região de Laranjeiras do Sul. Frente à precariedade da educação básica na região era imprescindível a qualificação dos professores que exerciam o magistério nas escolas isoladas das longínquas cidades do Território Federal do Iguazu. Mesmo com a curta duração do Território, a região teve um considerável aumento populacional gerando demandas educacionais que precisavam ser supridas. A criação do Curso Normal Regional em abril de 1946 veio ao encontro dessas necessidades e, indiscutivelmente, contribuiu para melhorar a qualidade de ensino na região.

Palavras chave: História da Educação, Curso Normal Regional, formação de docentes, Território Federal do Iguazu.

Introdução

Seis décadas antes da Universidade Federal da Fronteira Sul ofertar, em 2010, o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura, no município de Laranjeiras do Sul – PR, a formação de professores para atuar nas escolas do campo dava, no ano de 1946, seus primeiros passos na região por meio do Curso Normal Regional. Embora as duas instituições sejam responsáveis por formar professores para atuar em diferentes níveis, é importante destacar que ambas foram implantadas com um intervalo de mais de seis décadas para suprir necessidades semelhantes: a de formar professores para atuar no campo numa região historicamente desassistida pelo poder público.

A partir do lançamento do Manifesto dos Pioneiros¹, no ano de 1932, a educação brasileira passou a ser objeto de discussão provocando modificações na legislação e, por consequência, na política educacional. Na época, Getúlio Vargas ascendera ao poder e, com isso, estreitou-se a ligação entre desenvolvimento, mercado de trabalho e escolaridade e as regiões afastadas dos grandes centros passaram a ser alvo de políticas públicas que tinham por objetivo agregá-las ao processo produtivo.

Neste trabalho apresentamos a situação educacional em que se encontrava uma dessas regiões afastadas e analisamos a principal medida tomada para enfrentar os problemas da área: a criação do Curso Normal Regional. O texto está assim estruturado: abordaremos brevemente a ascensão de Vargas ao poder em 1930 e a criação do Território Federal do Iguazu em 1943. Em seguida analisaremos o contexto de criação do Curso Normal Regional, aspectos de seu funcionamento e o seu legado para a região.

Revisão de literatura

1 Documento redigido por Fernando de Azevedo, mas que expressava o pensamento de educadores e intelectuais de várias áreas. Lançado no início do ano de 1932, pode ser considerado um divisor de águas, tamanha a sua importância para a educação brasileira.



Consideramos este trabalho como revisão bibliográfica alicerçada em nossa dissertação de mestrado defendida no ano de 2014 intitulada “Aspectos históricos da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul - PR (1946 – 1980), nos trabalhos de Lopes (2002) e no Relatório de atividades do Governo do Território Federal do Iguazu encaminhado para o presidente Eurico Gaspar Dutra no ano de 1947.

Resultados e Discussão

Vargas tomou posse como presidente do Brasil em novembro de 1930 e durante a década articulou-se politicamente tomando providências para garantir a interiorização originando a *Marcha para Oeste*: programa de Governo que tinha como meta o avanço do capitalismo industrial alicerçado na integração econômica de todo o território brasileiro.

Fazendo parte da *Marcha para Oeste*, o Território Federal do Iguazu foi criado pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 e geograficamente abrangia o Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Foi dividido inicialmente em quatro municípios: Foz do Iguazu, Clevelândia, Mangueirinha e Chapecó. No entanto houve uma redefinição de limites surgindo Iguazu (Vila de Xagu ou ex-Laranjeiras, distrito de Guarapuava) que foi elevada à categoria de município e capital ao mesmo tempo. O primeiro governador a administrá-lo foi João Garcez do Nascimento nomeado em janeiro de 1944 que, ao visitar o território, constatou o caos educacional em que ele se encontrava. A situação era preocupante, considerando-se o surto de progresso desencadeado pela criação do Território e a migração de muitas famílias para a região. O segundo e último governador foi o Frederico Trotta empossado pelo presidente Dutra em fevereiro de 1946.

Com a queda de Vargas, houve a redemocratização do país e convocação da Assembleia Constituinte que aprovou Emenda Supressiva do Território do Iguazu proposta por Bento Munhoz da Rocha Neto dando a seguinte redação para o artigo 8, do ato *Das Disposições Transitórias*: “Ficam extintos os atuais Territórios do Iguazu e Ponta Porã, cujas áreas voltarão aos Estados de onde foram destacados” (BRASIL, 1946). Ao fazer um balanço sobre a importância do Território Federal do Iguazu, inferimos que este foi muito importante para os moradores que vivenciaram, num curto período, as expectativas de que o progresso chegaria mudando o padrão e qualidade de vida das pessoas.

Embora de duração efêmera, o Território Federal foi responsável pela experiência pioneira de formação de professores na região. O Curso Normal Regional² foi criado pelo Decreto nº 2 de 21 de abril de 1946, instalado em Iguazu, capital do Território, e “foi, provavelmente, a primeira instituição do gênero em todo o território brasileiro” (LEMIECHEK, 2014). Naquela década, a educação passava por profundas modificações com a promulgação das Leis Orgânicas³ e o projeto de expansão dos Cursos Normais era

2 Correspondia ao ginásio, ou seja, ao primeiro ciclo do ensino secundário e formava regentes para atuarem nas escolas isoladas. Conforme a Lei Orgânica do Ensino Primário escolas isoladas eram as escolas que tinha apenas uma turma e um professor, funcionando de forma multisseriada e majoritariamente na zona rural. Para ingressar nesse ciclo, o aluno deveria ter concluído seus estudos no primário e ter no mínimo 13 anos. Além disso, havia a exigência da realização do exame de admissão para comprovação de qualificação no ensino primário.

3 As *Leis Orgânicas* ou *Reforma Capanema* se configuraram num conjunto de oito decretos-leis editados entre os anos de 1942 a 1946, abrangendo os ramos do ensino primário e secundário. De acordo com Saviani (2008), os decretos se referiam à criação do SENAI, à Lei Orgânica do Ensino Industrial, Lei Orgânica do Ensino Secundário, Lei Orgânica do Ensino Comercial, Lei Orgânica do Ensino Primário, Lei Orgânica do Ensino Normal, criação do SENAC e Lei Orgânica do Ensino Agrícola.



consequência do aumento do número de vagas nos cursos primários.

Assumindo a Divisão de Educação em abril de 1946, Laudímia Trotta⁴ registrou, no Relatório enviado ao presidente Dutra em 1947, que havia encontrado as escolas em estado deplorável, funcionando em barracos improvisados, sem mobiliário e material didático e com professores que, muitas vezes, eram apenas alfabetizados, e, conseqüentemente, não conheciam minimamente princípios metodológicos e didáticos. Diante disso, depreendemos que o investimento na formação docente foi de extrema importância para elevar a qualidade de ensino no Território.

No que concerne às matrículas, Lopes informa que:

O Curso Normal Regional foi criado em abril e imediatamente foram feitos os exames de seleção, tendo 103 candidatos procedentes da Capital Iguazu e dos municípios de Chapecó, Mangueirinha, Clevelândia e Foz do Iguazu. Foram selecionados 90 candidatos, distribuídos em 4 séries, de acordo com os estudos que cada grupo já detinha. As aulas começaram imediatamente, sem férias no meio do ano, sendo que a 4ª série se formou em dezembro do mesmo ano (2002, p. 154)

O processo de seleção foi atípico e alicerçado pela urgência em profissionalizar docentes para atuar nas escolas do campo (escolas isoladas). Caracterizou-se como seleção para nivelamento em razão da heterogeneidade apresentada pelos candidatos aprovados. Desta forma, baseado em entrevistas e documentos da época verificamos que muitos normalistas foram submetidos, durante o ano, a exames que os habilitavam a passar para a série seguinte. Assim, a normalista Ondina Pereira Folda concluiu as quatro séries exigidas apenas no ano de 1946. Segundo ela: “[...] era tipo uma emergência. Porque era sertão, criaram o Território e não tinha professores. Então eles pegaram quem tivesse uma certa capacidade e iam fazendo exames” (LEMIECHEK, p. 162, 2014).

A maioria dos primeiros normalistas não era da capital, de maneira que o Curso funcionava sob a forma de internato e externato sendo os estudantes acomodados em pensões. Com relação ao corpo docente possivelmente ele foi selecionado por Laudímia Trotta considerando sua experiência na Capital Federal (Rio de Janeiro) tendo em vista que a maioria dos os professores que atuaram em 1946 eram, provenientes daquele município.

Durante o ano de 1946, os normalistas passaram a exercer suas atividades no Grupo Escolar Tiradentes em contra turno aos seus estudos, auxiliando diretamente os professores. Desta forma, a práxis acontecia e o fazer pedagógico era, aos poucos, transformado.

Tudo ocorria de forma organizada e dentro do previsto, até que em setembro de 1946 houve a extinção do Território determinada pela votação dos constituintes. Mesmo assim, o Curso Normal continuou suas atividades e no final do ano formou a sua primeira e única turma. Extinto o Território e com a instabilidade pairando no ar, com grande fluxo de pessoas que deixavam a antiga capital em 1947 o Curso Normal Regional não funcionou “[...] mas em 1948, Sua Exm^a o Senhor Governador do Estado, Sr. Moysés Lupion, vendo a necessidade de um grau de ensino superior ao primário, criou nesta região o Curso Normal Regional” (LEMIECHEK, p.110, 2014). Este, foi o primeiro criado

4 Com um currículo de 25 anos de serviços prestados à educação em Curitiba e no Rio de Janeiro, Laudímia exercera as funções de professora primária, diretora de grupo escolar, Fiscal e Orientadora de Ensino e Superintendente de Educação Primária do Distrito Federal. Era conhecida nos meios educacionais e havia feito parte da equipe do educador Anísio Teixeira quando este exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Educação e Secretário de Educação e Cultura do Rio de Janeiro entre os anos de 1931 a 1935 (LOPES, 2002).



no Paraná e, possivelmente, um dos fatores que contribuiu para a escolha do município como pioneiro nessa modalidade tenha sido a experiência anterior com o Curso Normal Regional do Território Federal, considerando que já estavam postas algumas condições que facilitariam sua instalação. Foi, portanto, a instituição precursora de uma política do Governo do Estado do Paraná implementada a partir do final da década de 1940 e que visava “estender uma formação pedagógica em nível ginásial para os professores leigos dos municípios do interior do Estado a fim de que pudessem ultrapassar o ensino primário tão comum entre os professores da região” (FACCHI, 2013).

Conclusões

A criação do Curso Normal Regional representou uma grande conquista para os moradores de Iguazu e da região sendo a primeira instituição a oferecer o nível ginásial onde anteriormente só existia primário. Além disso, integrada a um projeto de expansão da educação primária garantiria o mínimo de formação para os professores que, habilitados, trabalhariam como regentes nas escolas isoladas elevando a qualidade do ensino. Mesmo com sua curta duração (apenas no ano de 1946) foi a semente que originou em 1948 a Escola Normal Regional Floriano Peixoto instituição mantida pelo Governo do Paraná.

Referências

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembleia Constituinte** em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 de abr de 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 5.812, de 21 de setembro de 1943**. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm. Acesso em 11 de abr de 2014.

_____. Território Federal do Iguazu. **Relatório de atividades do Governador Frederico Trotta encaminhado para o presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

FACCHI, Jehnny Zélia Kalb. **História da formação de professores em Cascavel entre 1951 e 1971**: a trajetória das Escolas Normais Carola Moreira e Irene Rickli. Cascavel : Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Dissertação de mestrado, 2013.

FOLDA, Ondina Pereira. Entrevista.[mai. 2014]. Curitiba, Paraná. 2014. In: **Aspectos históricos da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul - PR (1946 – 1980)**. LEMIECHEK, Lucimara. Francisco Beltrão : Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Dissertação de mestrado, 2014

LEMIECHEK, Lucimara. **Aspectos históricos da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul - PR (1946 – 1980)**. Francisco Beltrão : Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Dissertação de mestrado, 2014.

LOPES, Sergio. **O Território do Iguazu no contexto da “marcha para oeste”**. Cascavel. Eduioeste, 2002.



SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed., rev. e ampl.
Campinas: Autores Associados, 2008. xx, 474 p. (Coleção memória da educação).

23 a 28 out



ORGANIZADORES:

